



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### PARECER

#### PROJETO DE LEI Nº 48/2025

AUTORIA: DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES

RELATOR: DEPUTADO CARLINHOS BESSA

Dispõe sobre as sanções administrativas às pessoas que vendam, comercializem ou pratiquem qualquer outra forma de disponibilização, a título oneroso, de medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Estado e dá outras providências.

#### I - RELATÓRIO:

No dia 5 de fevereiro de 2025, o Deputado Delegado Péricles apresentou o Projeto de Lei de nº. 48/2025, que “Dispõe sobre as sanções administrativas às pessoas que vendam, comercializem ou pratiquem qualquer outra forma de disponibilização, a título oneroso, de medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Estado e dá outras providências.”.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR e foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, no âmbito em que, passo a emitir o parecer, na qualidade de relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

#### II – FUNDAMENTAÇÃO:

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE a estrita análise conforme disposto no artigo 27, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Consoante à justificativa do autor, o projeto tem como objetivo primordial garantir o acesso universal e igualitário aos medicamentos fornecidos gratuitamente pelo Estado, assegurando que esses fármacos cheguem aos cidadãos que mais





## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

necessitam. A venda desses medicamentos configura um desvio de finalidade dos recursos públicos e fere o princípio da universalidade do acesso à saúde, previsto na Constituição Federal.

Ainda fundamenta a sua proposição afirmando a necessidade de coibir ilegalidades e abusos de poder, pois a multa será aplicada como forma de desestimular a prática irregular e garantir a efetividade da norma.

Quanto à temática desta comissão a matéria não implicará em aumento ou diminuição de receita ou despesa pública e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária ou tributária. Considerando a inexistência de conflitos com as legislações orçamentárias, financeiras e tributárias.

### **III – CONCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei n. 48/2025, conclamando aos Nobres Pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntido voto.

É o parecer

S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 11 de março de 2025.

**DEPUTADO CARLINHOS BESSA**

Relator





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 11/04/2025 11:55:45

